



**ATA N.º 4/2017**

Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.**

**PONTO 2 – ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 1º SEMESTRE 2017. INFORMAÇÃO N.º 12/DGF/2017. Para conhecimento.**

**PONTO 3 - LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIOES ALTERAÇÕES – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRAZO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2016. INFORMAÇÃO N.º 19/SC/2017. – Para conhecimento.**

**PONTO 4 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL - PIM. – CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: SERRAGADOS – COMÉRCIO DE GADO, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 31/GNE/2017.**

**PONTO 5 – FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL EM REGIME DE MERCADO LIVRE, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 259º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, CELEBRADO ENTRE A ENTIDADE PÚBLICA DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ENTIDADES FORNECEDORAS SELECIONADAS. AQ-ENERGIA – GÁS NATURAL.**

**PONTO 6 – PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E DEDUÇÃO EM SEDE DE IRS. REQUERENTE: AGOSTINHA DUARTE MELO GERALDES - LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA, Nº 26, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 633/16, REQUERIMENTO Nº 923/17- INFORMAÇÃO 126/DSCH/17.**

Feita a chamada verificaram-se 74 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.

Suspenderam o mandato:

António Manuel Santana Abelha do PSD

Higino Domingues Ferreira da Silva do PSD

Ana Maria Guedes Chaves Fernandes do PSD

José António Trindade Mendes do PS

António Jorge de Sousa Pinto de Barros do PS

Maria da Conceição Alves Martins do PS

Nuno André Coelho Chaves do PS

Manuel Justino Matos Cunha da CDU

Foram feitas as respetivas substituições dos Senhores deputados.

Faltaram:

José Carlos Costa Matos Conceição do PSD



João Luís Gonçalves Rodrigues do PSD  
Francisco António Pinto de Barros do PS  
Gisela Maria Esteves Espírito Santo do PS  
Luís António Gonçalves Costa do PS  
Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco

**O Senhor Presidente da Mesa** cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos. Antes porém, dirigiu-se aos presentes e disse:

“Digníssima Assembleia

Com esta sessão termina o meu trabalho cívico-político que iniciei em 2013, na Presidência desta Assembleia Municipal. Em jeito de despedida quero deixar algumas palavras.

Cessam os projetos e os programas para cumprir e quase tudo o que quisemos que fossem as nossas marcas, ou o nosso legado, na verdade começa a pertencer ao passado.

Uma das grandes conquistas do regime democrático é sem dúvida o poder local. Não é um poder cedido ou concedido. É um poder conquistado passo a passo pelas autarquias e pelos ilustres autarcas, pelas populações e pelas comunidades. Foi graças ao poder local que os nossos concelhos e as nossas freguesias puderam tomar o seu destino nas suas mãos e fazer mais e melhor para cumprir os seus desígnios, os seus sonhos e as suas legítimas aspirações.

As Assembleias Municipais, como esta Assembleia Municipal de Chaves, a que tive muita honra e orgulho de presidir, nestes últimos quatro anos, são um instrumento decisivo no crescimento e amadurecimento da nossa democracia. Não são um elemento decorativo. Esta Assembleia Municipal de Chaves foi um instrumento de debate e de consenso, de compromisso e de discordância – mas traduziu, naturalmente, a vontade das populações que elegeram os seus representantes.

Ao longo destes últimos quatro anos esta AMC cumpriu o seu papel graças às Senhoras deputadas e Senhores deputados municipais, às Senhoras e Senhores autarcas. Foi um lugar de discussão, de confronto, de colaboração e de representação. Houve excessos, alguns menos dignos, mas sem isso não há democracia como nós a entendemos hoje.

Senhoras e Senhores deputados municipais,

Ilustres autarcas,

Digníssimo Executivo.

Ao dirigir-vos estas palavras não pretendo fazer um balanço do que foi este mandato. Na política há dois tempos muito distintos.

Um tempo – é breve e curto e tem a ver com coisas do quotidiano, mais imediatas e mais próximas; são obrigações quase diárias e permanentes desta Assembleia, que só pôde funcionar graças ao trabalho e ao empenhamento de todos e que eu não posso senão elogiar e saudar.

Outro tempo – provavelmente o mais nobre – é lento e largo: olha as coisas de longe e procura-lhes um sentido. Todos participamos nele e todos faremos os nossos balanços pessoais, certamente distintos e com resultados desiguais. Mas o essencial é que se participou. Defendemos convicções e princípios, tivemos opiniões diferentes; escolhemos caminhos que não coincidiam; mantivemos desentendimentos



e discordâncias, por vezes a raiar o descontrolo. Mas sabíamos que essas diferenças e essas discordâncias tinham e têm a ver com a forma como interpretamos ou desejamos o bem comum (do nosso concelho, das nossas freguesias). É esse, foi esse, será esse, numa futura Assembleia, o objetivo do nosso trabalho.

Digníssima Assembleia

Senhor Presidente da Câmara.

Neste momento não queria perder a oportunidade de aqui salientar e enaltecer toda a colaboração e interesse institucional dispensado pelo digníssimo executivo. Ao Senhor Presidente da Câmara, Arq. António Cabeleira, para lá da amizade e muita consideração, quero deixar-lhe o meu agradecimento sincero. Aos Senhores Secretários agradeço toda a colaboração e empenho que sempre dispensaram e que muito contribuiu para que os trabalhos corressem da melhor maneira. Aos dois o meu muito obrigado.

Uma palavra de reconhecimento pelo empenho, dedicação, competência e sobretudo, pelo profissionalismo do pessoal do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, em especial da Chefe do Gabinete, Maria das Graças.

E, para terminar, Senhores membros da Assembleia, o que mais posso fazer é deixar a todos vós, (mesmo àqueles para quem nunca fui da sua simpatia), o meu sincero agradecimento pela forma como no poder ou na oposição, de um lado ou do outro desta sala, todos soubemos interpretar e cumprir as nossas funções e o nosso papel, em nome do BEM COMUM.

Diz-se que ninguém deve esperar gratidão da política. Que, no momento da despedida ninguém deve esperar gratidão porque a política pode também ser, em certos momentos, um monstro que devora e divide.

Não é isso que espero.

A gratidão é minha e não ficaria de bem com a minha consciência se, nesta circunstância, não aproveitasse a oportunidade de vos agradecer, não só o trabalho feito no passado e os projetos que estão ainda reservados para o futuro, mas também a consideração que me dispensaram.

A TODOS MUITO OBRIGADO”.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **Intervenções:**

**Fátima Liliana Fontes Correia do PS** – depois de cumprimentar os presentes disse que o assunto que a traz a esta tribuna foi a publicação, no dia 24 de julho passado, do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente ao ano de 2016. É um documento onde é analisado o desempenho dos 308 municípios do país.

Analisei o documento com algum interesse, uma vez que é um documento que nos dá um panorama do cenário financeiro dos executivos municipais e foi sem grande surpresa que verifiquei o do Município de Chaves, uma vez que vem de encontro àquilo que vimos afirmando, consecutivamente.

Assim, no ranking dos 308 municípios analisados, Chaves encontra-se entre os vinte primeiros, mais concretamente no décimo primeiro lugar, que em 2016 apresentaram a maior quebra de investimento em termos de valor, significando uma redução de cinco milhões de euros; 66,6%, relativamente ao ano anterior.



Ainda em 2016 Chaves, continua a ser um dos municípios, décimo sexto em 308, que mais recorreu a passivos financeiros. Neste ranking financeiro dos municípios, Chaves é também o décimo sexto, no que respeita ao maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2016.

É necessário relembrar esta Assembleia e os flavienses que entre 2014 e 2016, três anos, foram gastos em juros e outros encargos financeiros cinco milhões, seiscentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta euros. Milhões que saíram diretamente do bolso dos flavienses que viram aumentados os preços dos serviços básicos como a água, o saneamento e o tratamento de resíduos, mas também o aumento de impostos como o IMI e o IRS. Foram quase seis milhões de euros em três anos que podiam ter sido canalizados para outros fins, como por exemplo na captação de investimento, incentivo e captação de empresas privadas que criassem emprego.

Como o Senhor Presidente já manifestou em assembleias anteriores, vivemos numa era totalmente concorrencial entre cidades e municípios e é preciso muito marketing territorial para atrair investidores, que criem muitos postos de trabalho na região e, conseqüentemente, riqueza. Não podemos ficar à espera que nos batam à porta e mesmo assim, quando temos essa sorte, não devemos desperdiçar as oportunidades.

Neste ranking, Chaves é ainda o quadragésimo primeiro município com maior dívida exigível em 2016. São ainda trinta milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil e trinta e sete euros de dívida registada, porque para além desta sabemos que temos de contar com riscos de situações judiciais relativamente às expropriações do Programa Pólis, da Fundação Nadir Afonso, e ainda a dívida reclamada pelas Águas do Norte.

O Senhor Presidente dirá que em 2013 e 2014 a dívida registada era de quarenta e seis milhões e que conseguiu uma redução de dezasseis milhões de euros. Se isso é verdade também é certo que em primeiro lugar é necessário refletir sobre como se chegou a este valor de dívida, do qual o Senhor não é isento, uma vez que fez parte dos executivos anteriores, como Vice-Presidente. Em segundo lugar, dizer como foi conseguida esta redução. Foram utilizadas três vias muito simples, mas ao mesmo tempo castradoras de todo um potencial de uma região. Curiosamente foram as mesmas três vias utilizadas no governo do Dr. Passos Coelho. Ou seja: aumento do preço de bens e serviços públicos e impostos, diminuição do investimento público e venda de património público.

Em conclusão de mandato, pergunto-lhe se foi com isso que se comprometeu em 2013 com os flavienses. Recordando o seu compromisso eleitoral de 2013/2017, pergunto: onde está o Pavilhão Desportivo da Escola Nadir Afonso? Onde está o Parque Urbano Desportivo de Santa Cruz? A requalificação e ampliação da piscina? A pista de atletismo? O concurso para jovens criadores? As políticas para habitação jovem? Os centros de incubação de empresas? Foi um rol de promessas que não passaram disso mesmo. Promessas.

Curiosamente nesse programa nem uma linha relativamente aos esforços para diminuição de uma dívida que ajudou a criar anteriormente. Em 2013, como Vice-Presidente do município desconhecia o estado financeiro da autarquia ou iludiu deliberadamente os cidadãos flavienses?

**Raul Miguel Matos Cunha da CDU** – cumprimentou os presentes e em seguida disse:



“Esta Assembleia Municipal é a última deste ciclo. Desta forma, após as eleições, haverá elementos novos nesta sala, eleitos democraticamente, enquanto outros deixarão de vir, quer seja porque não foram eleitos, tendo concorrido, ou então porque não participaram nas listas que foram postas a sufrágio. A todos os que terminam agora a sua participação (mesmo que de forma temporária), independentemente da cor política e apesar da eventual discordância em relação a muitos aspetos aqui discutidos, a CDU apresenta a todos, na figura do Senhor Presidente da Assembleia e também na deles, os mais respeitosos cumprimentos.

A democracia faz-se de diversidade de opiniões, de ideias e também de estilos. Faz-se de discussões acesas, que se desejam frontais e firmes, no respeito pelo outro.

A democracia é feita por seres humanos concretos e reais. A persistência, a coerência e a resiliência são atributos importantes na avaliação dos comportamentos de cada político.

Há estilos mais agressivos e temperamentais, outros mais conciliadores e congregadores.

O importante é que, na intervenção política, não haja medo do comprometimento e de “sujar as mãos” por aquilo que consideramos uma causa justa.

Gostávamos de deixar aqui, na figura do membro desta Assembleia, Pimentel Sarmento, um dos eleitos mais veteranos e que agora não se recandidata, uma homenagem à diversidade do Poder Local Democrático e ao contributo individual, de cada um dos eleitos, na defesa das populações do nosso concelho, da nossa região e do nosso país.

Por outro lado, muitas vezes se tem falado dos notáveis anónimos. Pessoas nas quais muitos não reparam, nem se apercebem da importância e da qualidade do seu trabalho. No entanto, são tantas vezes mais úteis do que os que ocupam os palcos e chamam a si os holofotes.

Aqui mesmo connosco, temos uma. A Dona Maria das Graças durante muitos e longos anos tem secretariado esta Assembleia Municipal. Aliás tem feito muito mais do que isso. Tem agilizado o seu funcionamento entre e durante as sessões em que todos nos reunimos.

Com delicadeza, discrição, elegância e espírito democrático, deve ser um exemplo para todos nós de dedicação a uma causa – a democracia no nosso concelho.

Sempre disponível e com uma capacidade notável de trabalho e de ultrapassar as teias da burocracia, dá um contributo indispensável para a Assembleia de todos nós.

Julgo que, em nome de todos, posso expressar-lhe aqui o nosso muito obrigado!

Peço uma salva de palmas para ela!

Muito Obrigada Dona Maria das Graças!”

**José Pimentel Sarmento do PSD** – cumprimentou os presentes e disse:

“Estou neste Órgão desde 1977, tendo interrompido apenas num único mandato. Um total de trina e seis, trinta e sete anos.

Tentei cumprir sempre com honestidade, com clareza, na defesa das populações e na defesa de Chaves e do concelho que me viu nascer. Fui sempre um homem firme nas minhas convicções e continuo a sê-lo. Não faço parte de nenhuma linha aburguesada, não faço parte de nenhum grupo de engenheiros ou arquitetos que tem dominado o poder nos últimos anos, no meu partido, mas não deixo, nem nunca deixarei de intervir na defesa da social-democracia, desde a sua fundação em 1974.



Continuarei a desempenhar o meu papel cívico na sociedade flaviense e não digo adeus. Ainda não me sinto na situação de reformado político. Enquanto tiver saúde e capacidade para expor e tomar posições em defesa da minha terra vou fazê-lo contra tudo e contra todos.

Em relação a muitos de vós tivemos aqui alguns debates acalorados, desde 1974. Tivemos as nossas diferenças, principalmente nos primeiros anos, em que o líder do meu partido, no Pavilhão de Congressos, disse que aqueles oito anos valeram vinte. Eu fiz parte desses oito anos.

Tivemos divergências na colagem dos cartazes, tivemos divergências na distribuição dos comunicados, tivemos divergências naquele célebre comício que se fez em 1975, no Cine Teatro de Chaves. Tivemos muitas divergências mas falo com toda a gente. Nunca deixei de falar com ninguém por causa de política. Continuei sempre fiel aos meus princípios e sempre respeitei todos os meus adversários políticos. Sempre vos cumprimentei e continuarei a cumprimentar e não é a política que me vai fazer dividir ou fazer a diferença do amigo, para aquele que tem um ideal político diferente do meu.

Alguma coisa que da minha parte, na discussão acalorada das nossas propostas, e até das nossas desavenças, tenha sido mais incisiva, quero pedir, não desculpas, mas um entendimento. Todos me conhecem e sabem que a minha maneira de ser é esta e foi com homens como eu que o partido, a nível do Concelho, ainda é o maior partido. Serei sempre fiel aos meus princípios, custe o que custar.

Obrigado a todos.”

**Anselmo José Martins do PS** - cumprimentou os presentes e disse ter ponderado se devia intervir ou não nesta sessão, já que é a última do mandato.

“Faço-o porque fui publicamente identificado e invetivado sobre um assunto que decorre no Facebook. Fiquei surpreendido e ao mesmo tempo agradecido. Eu, um cidadão comum, um cidadão normal, sem grande peso político, sou visado, identificado, pela estrutura local do PSD como sendo alguém que ataca um equipamento municipal.

O Senhor Presidente da Câmara sabe, e quem acompanha o meu trajeto político sabe, que eu nunca ataquei nem ataco, nem nunca atacarei, nenhum equipamento municipal. O que é do município é nosso, é de todos. Eu limitei-me, perante uma notícia que veio no Facebook, acompanhada de fotografia, a comentar.

O Facebook não é nenhum órgão oficial mas é um meio de comunicação social e para mim tem a credibilidade que tem qualquer órgão que sirva de via de comunicação entre as pessoas. E, face ao que vi, limitei-me a dizer que insetos numa estrutura que tem de ser irrepreensível, em termos de higiene, não poderia acontecer. Quero crer que não há alguém nesta Assembleia que diga que não tem que ser assim. Em termos de higiene aquele espaço tem de ser irrepreensível.

Aqui levanta-se também um problema que é o da mensagem e do mensageiro. Ou seja: muitas vezes o que é que fazem os dirigentes das instituições? Perante uma mensagem que lhe chega através do mensageiro, maltratam o mensageiro em vez de tratar de saber se há realmente um problema e procurar resolvê-lo.

O Senhor Presidente dir-me-á não porque aquilo não aconteceu. Se não aconteceu e foi forjado investigue e haja criminalmente. Eu, perante o que vi, limitei-me a dar a minha opinião do que não pode acontecer.



Nunca imaginei que o PSD local, uma estrutura que tem tanto com que se preocupar, com tantos vultos nesta cidade a considerar, me considerassem o guardião da reserva moral do PS. Agradeço isso mas eu não tenho este peso. Eu quero ser e procurei ser sempre um exemplo de moral para os meus amigos e, essencialmente para a minha família. O PS, felizmente, teve e tem vultos com mais peso do que eu para serem sua reserva moral.

Vivo em Chaves por adoção e, provavelmente, tenho mais anos de Chaves do que muita gente que cá nasceu. Adoro Chaves e quero para Chaves o melhor. E o facto de querer o melhor, quando faço críticas, não é no sentido de denegrir mas sim no sentido de melhorar.

Para terminar quero agradecer ao Senhor Presidente da Mesa estes longos quatro anos em que teve de me aturar, ao Executivo Camarário, aos Senhores Presidentes de Junta, aos membros eleitos, aos funcionários de apoio, essencialmente à Maria das Graças e sobre ela, faço minhas as palavras do Senhor deputado Miguel Cunha. Muito obrigado”.

**Francisco José T. Lopes Silva Preto do MAI** – cumprimentou os presentes e disse: “Decorrendo hoje a última sessão desta Assembleia Municipal, eleita para o quadriénio de 2013/2017. Impõe-se fazer um resumo do balanço do nosso mandato e proferir algumas palavras finais neste “Período Antes da Ordem do Dia”.

Na primeira intervenção que fizemos em dezembro de 2013, que foi de apresentação e intenções do MAI, dissemos que iríamos estar atentos ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e estivemos. Dissemos que iríamos colaborar na apreciação e fiscalização da sua atividade sempre que necessário, e colaborámos e fiscalizámos. Dissemos que nos pronunciaríamos sobre todos os assuntos que visassem a prossecução das atividades das atribuições do município e nunca deixámos de o fazer.

Acrescentámos que tudo iríamos fazer para manter a elevação dos debates nesta Assembleia procurando sempre evitar atingir a honra e a consideração fosse de quem fosse, mas afirmando sempre, com convicção, o que achássemos oportuno e não violámos tais intenções.

Tal como atualmente mantemos, dissemos também na altura que Chaves era o nosso partido e, como tal, colocámos sempre o interesse público acima de quaisquer interesses ou quezílias pessoais, sentando-nos à mesma mesa com os nossos adversários políticos quando necessário, não inventando desculpas para evitar o debate de ideias.

Votámos sempre em consciência as propostas que foram surgindo nesta Assembleia, sem qualquer tipo de disciplina de voto.

Procurámos, pois, dedicar-nos à causa pública com delicadeza, honestidade, urbanidade e cortesia, procurando ser sempre objetivos e pragmáticos. Só assim a atividade política pode sair dignificada e conseguirá a aproximação dos cidadãos, que tão necessária é.

Nas próximas eleições autárquicas não concorre à Assembleia Municipal qualquer grupo de cidadãos independentes. Sem grandes explicações nem delongas, a nossa opinião é a de que tal não acontece porque não é necessário.

Na verdade, os partidos começam a entender que a participação de cidadãos independentes é importante, sobretudo no que diz respeito aos órgãos autárquicos, e



incorporam-nos nas suas listas, a maioria em lugares não elegíveis mas também outros há que o fazem colocando-os em lugares elegíveis, não apenas para se servirem deles por não terem militantes para o efeito, ou porque as primeiras escolhas não aceitaram os convites, mas tendo em atenção o mérito que lhes reconhecem.

E quando assim não for, se algum dia os legítimos interesses de Chaves e dos flavienses estiverem em crise eminente e não houver uma solução partidária capaz, não será preciso os sinos tocarem a repique, para os cidadãos que andam desde há muito tempo bem acordados, constituírem uma grande alternativa válida e independente (pertencam ou não os que a integram a quaisquer partidos políticos... isso pouco nos interessa. Nessas e nestas alturas o nosso partido é Chaves).

Resta-me, pois, apresentar a despedida do grupo de cidadãos independentes eleitos pelo MAI, que compuseram esta Assembleia, desejando felicidade a todos os presentes e, estando a decorrer a companha eleitoral para as próximas eleições autárquicas, fazer votos para que a mesma decorra de forma elevada, nunca mas nunca, prejudicando os superiores interesses do concelho.

Termino dizendo que faço minhas as palavras proferidas pelo Senhor deputado Miguel Matos Cunha sobre a pessoa da D. Maria das Graças”.

**Maria José Gomes Telles Grilo da CDU** – cumprimentou os presentes e saudou em especial o Senhor deputado José Pimentel Sarmento dizendo:

É meu amigo de sempre e foi um resiliente pela cidade de Chaves, tal como eu. Fomos eleitos em 1976 para esta Assembleia Municipal e foi sempre um defensor da cidade de Chaves. Muitas vezes votámos de forma diferente mas nunca houve qualquer conflito entre nós e sempre falámos muito da nossa cidade, fora de portas. Deixo aqui uma saudação especial para ele.

Quero falar ao Senhor Presidente da Câmara num assunto que me chocou e que foram as Termas Romanas. Estiveram abertas ao público no mês de Agosto e verifiquei que as piscinas estavam cheias de água pouco limpa.

Eu tinha visto aquelas termas fechadas em visita particular e não era nada daquilo. Ontem passei por ali e estavam fechadas, mas espreitei e pareceu-me que o espaço estava outra vez limpo.

Por ventura não seriam necessários extratores. Bastaria colocar as frestas voltadas para cima com redes para o vapor de água sair”.

Terminou desejando a todos muita saúde.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e disse:

“Pese embora tenhamos tido algumas divergências, algumas incompreensões nalgumas sessões do mandato, entendo que o balanço final, o que fica, é de respeito recíproco e de um princípio de amizade. Quero deixar-lhe palavras de apreço pelo seu desempenho, que nalguns momentos poderia ter sido melhorado se a comunicação tivesse sido melhor. Podemos dizer que globalmente o mandato foi positivo.

Cumprimentar os membros desta mesa que foram colaboradores atentos, muito importantes, e entendo que muito do bom trabalho que se fez se deve também a eles. Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, cumprimentar o candidato às próximas eleições municipais.





Desejar que este seja o tempo de debate, o tempo da discussão, o tempo das ideias, o tempo da democracia e sobretudo o respeito recíproco.

Cumprimentar todos os vereadores quer os que estiveram em regime de permanência, quer os do Partido Socialista e dar-lhe uma palavra de apreço.

Cumprimentar todos os membros desta Assembleia.

Dizer-lhe que tivemos momentos acalorados, intensos, com divergências importantes, mas sempre na tónica de respeito, salvo um momento pontual que não vou esquecer. Aos demais sempre com enorme elevação, com enorme respeito e consideração. Naturalmente com divergências de opinião, de perspetivas, de ideias e propostas, mas sempre nesse pressuposto.

Deixo uma palavra de apreço aos membros da Assembleia, aos Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, dizendo que toda a discussão que aqui aconteceu foi por Chaves e para Chaves. É nessa lógica, nesse contexto, nesse pressuposto, que eu a entendi sempre e alguma palavra mais fora do tom que eu tenha dito e vocês tenham dito, foi certamente, com esse objetivo e é nesse contexto que eu quero levar comigo.

Cumprimentar também, como não podia deixar de ser, a D. Maria das Graças que conheço há muito tempo e que eu considero muito. Sei que tem tido um trabalho incansável, um trabalho difícil de articulação, de tentar fazer o equilíbrio e a circulação da informação. Deixo aqui uma palavra de apreço e de reconhecimento porque a merece. Aos demais elementos de apoio a esta Assembleia deixo a mesma expressão de apreço.

Uma palavra de apoio ao público aqui presente. É pena que não tenhamos mais público, porque se assim fosse certamente que as assembleias teriam outra relevância, outra permeabilidade e outra interação comunicacional. As pessoas, que são a comunidade flaviense, e é em nome delas que fazemos aqui o debate das propostas e críticas. Este também é um espaço das pessoas e se tivéssemos mais público algumas das discussões tinham outro tipo de profundidade/interesse. Continuem a vir a esta Assembleia, marquem a vossa presença, contagiem os vossos amigos para virem também.

Termino dizendo que espero que esta eleição para os vários órgãos – assembleias de freguesia, câmara municipal, assembleia municipal – decorra sempre de forma elevada. Creio que temos o tempo suficiente de democracia para saber distinguir o que são as nossas propostas políticas, aquilo que defendemos, daquilo que é o respeito pelas pessoas, a dignidade que as pessoas nos merecem. Não confundamos as propostas com a dignidade das pessoas. Se por acaso houver algum excesso, que todos tenhamos a humildade de reconhecer que errámos e que possamos voltar ao caminho do respeito recíproco.

Certamente que independentemente do resultado que vier a acontecer e eu espero poder contar com a vitória, mas independentemente desse resultado, o que espero é que a eleição decorra normalmente e eu não estarei aqui. Espero estar naquela mesa e no lugar de presidente.

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD** – cumprimentou os presentes e disse: “Antes de iniciar a intervenção sobre o assunto que aqui me trás o Grupo Municipal do PSD, gostaria de se associar às homenagens que foram feitas, muito em particular à pessoa do Senhor Presidente desta Assembleia, meu amigo Francisco Viegas. Na



sua pessoa cumprimento também aqueles membros que por um motivo ou por outro, não farão parte do próximo órgão que vier a ser eleito e, dentro destes, permitam-me que destaque membros do Grupo Municipal do PSD como o Senhor José Pimentel, o António Abelha, o João Luis e entre outros que possa esquecer.

Quero igualmente destacar os Presidentes de Junta que têm estado a servir o concelho e as suas freguesias há muitos anos e que agora, pela limitação dos mandatos, não se podem recandidatar. É o caso da Senhora professora Antónia Esteves, o Júlio Abambres Carneiro, o Eduardo Pinto e o Domingos de Curalha.

Permitam-me também uma palavra de homenagem aos Senhores Vereadores que vão cessar os seus cargos, na pessoa do Senhor Dr. Paulo Alves, na pessoa do Senhor Eng.º Adérito Moutinho e na pessoa da Senhora Dra. Paula Barros.

Para os que não referi, que por um motivo ou outro não estarão no próximo Órgão, as palavras são exatamente as mesmas. Dentro desta Assembleia, onde todos nos podemos olhar, olhos nos olhos, onde todos divergimos muitas vezes, tudo fizemos pelo interesse de Chaves. Não como noutros fóruns onde alguns escondem a cara e cobardemente atacam os outros. Aqui não. Aqui olhamo-nos nos olhos. Divergimos, mas olhamo-nos nos olhos.

Um agradecimento especial ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal e aos seus funcionários, na pessoa da Sra. D.ª Maria das Graças pela sua competência e rigor no exercício de tão importantes funções.

Hoje impõe-se, embora de forma resumida, um balanço político.

O executivo social-democrata iniciou o mandato com o propósito de consolidar as finanças municipais e continuar o processo de desenvolvimento do concelho. No início deste mandato havia excesso de dívida. Hoje a capacidade de endividamento é de 4.849.919 euros.

O prazo médio de pagamentos era de 231 dias. Hoje é de 29 dias.

Durante este mandato o executivo municipal fez um avultado investimento do qual salientamos:

Requalificação do Balneário Termal de Chaves (as Termas de Chaves ganharam recentemente um prémio Europeu); Construção do Balneário Pedagógico de Vidago; requalificação de Avenidas em Vidago; construção do Pavilhão Expo flávia; construção do Parque de Estacionamento do Centro Histórico; construção do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (um equipamento cultural de nível mundial); construção da 1ª Fase do Museu das Termas Romanas; construção da Av. da República na cidade de Chaves (nova avenida junto ao Centro de Saúde da Fonte do Leite); requalificação do Estádio Municipal. Requalificação da Praça General Silveira; a requalificação de ruas e avenidas na cidade (Av. Dom Afonso, Duque de Bragança, Av. de Santo Amaro, Rua de São Roque, Rua do Rajado, Rua Sr. da Boa Morte, Rua dos Aregos, Ruas em Santa Cruz / Trindade); a requalificação de arruamentos em urbanizações (S. Bernardino II e Traslar);

A Pavimentação de ruas em meio rural, em colaboração com as Juntas de Freguesia, onde concretizamos inúmeras obras, (pavimentação de ruas e caminhos, reforço do abastecimento de água, pequenos equipamentos...)

Apenas um parêntesis: em 2016 retomamos as transferências para as freguesias totalizando, nesse ano, o valor de 652.485 euros. Em 2017 foram transferidos 860.212.50€. Os protocolos foram integralmente pagos.



Retomando os investimentos realizados pelo atual executivo refiro a construção da Ciclovia Chaves/Verin; iniciámos a recuperação de ruas e avenidas da cidade (Av. do Estádio, Av. Irmãos Rui e Garcia Lopes e Ruas Inácio Pizarro e Rua Antunes Guerreiro); iniciámos a requalificação do Parque Escolar (Jardim de Infância de Vidago, Jardim de Infância do Cino-Chaves, Escola EB1 de Santo Amaro, Escola EB1 de Mairós, Escola EB1 de Santo Estevão, a Escola EB1 e Jardim de Infância do Caneiro).

A concretização de todo este investimento, em período de crise financeira, é realmente um trabalho do qual nos orgulhamos.

Mas mais do que isso, implementamos políticas sociais, tais como:

Regulamento de famílias numerosas; Regulamento de famílias carenciadas; apoio aos Bombeiros Voluntários; redução do IMI para as famílias com filhos; redução do IMI para os imóveis reabilitados no Centro Histórico; implementamos a Tarifa Social da Água; demos Bolsas de Estudo para alunos do Ensino Superior; reforçámos a Ação Social Escolar, alargamento do apoio à família e aos Jardins-de-infância com seis ou mais crianças; reforço do projeto viver a escola; concurso se eu fosse presidente; Regulamento de apoio às famílias com elementos portadores de deficiência no agregado familiar; Orçamento Participativo; concurso e Exposição de Fotografia – a Fotografa; encontro de Escritores; edição de livros; organização de Seminários e Conferências; Festival Identidades; Festa dos Povos; Feira dos Sabores de Chaves.

Inovamos em todas estas áreas, temos um Município mais solidário.

Na cultura e no desporto, Chaves vive uma dinâmica que não tem período comparável.

Valorizamos os produtos locais. A classificação do Pastel de Chaves, como produto IGP, é uma referência incontornável. A realização da Feira dos Sabores de Chaves é um sucesso. Temos ajudado a aumentar a economia e a criação de emprego.

Lideramos o turismo de Trás-os-Montes e vamos reforçar a liderança com a entrada em funcionamento de dois novos hotéis e com a requalificação de outros, em curso.

Fruto de um planeamento eficaz, temos aprovado para investimento no Programa Portugal 2020, mais de 32.000.000,00€ (trinta e dois milhões de euros).

Estes são apenas alguns exemplos de que não tivemos só preocupação em resolver a situação financeira, construímos obra e dinamizamos sustentadamente o concelho.

Continuamos a cumprir os compromissos, a servir os cidadãos e a realizar as obras necessárias para o bem-estar das pessoas.”

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às intervenções dizendo:

Senhor Presidente da Mesa muito obrigado. As minhas primeiras palavras, além de uma saudação à sua pessoa são para lhe dizer que subscrevo as palavras que dirigiu à Assembleia e também que foi para mim um grato prazer tê-lo como Presidente da Assembleia Municipal de Chaves. Obrigado pela pessoa que é, obrigado pelo exemplar desempenho que teve ao longo deste mandato, neste Órgão.

Cumprimento agora os demais membros da Mesa, o Executivo Municipal, as Senhoras e os Senhores deputados e as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta. A Senhora deputado Fátima Correia, do PS, foi buscar ao Anuário os valores que lhe dão jeito. Foi encontrar a visão negativa do Anuário. Sobre isso direi só e como acabou de referir o Senhor deputado do PSD, Nelson Montalvão, que em 2013



iniciámos o mandato com excesso de dívida. Não aquela que oportunamente foi referenciada nesta Assembleia, de sessenta milhões de euros. O mérito da gestão no final deste mandato é hoje não termos excesso de dívida e termos uma capacidade de endividamento que nos permite pedir dinheiro emprestado à banca, num valor de 4.849.919 euros, se for necessário.

Sei que isso para o Partido Socialista não representa sucesso porque foi preciso pagar juros. Mas o que dirá o Senhor Primeiro Ministro de Portugal ou o que alguém dirá no Parlamento Europeu, ao analisar as contas do estado português e constatar que a dívida pública portuguesa subiu, atualmente, para 130% do produto interno bruto. Situação que nunca tinha acontecido, e é ver o que isso representa em termos de pagamento de juros.

Todos sabemos que as contas primárias do Estado Português até têm saldo positivo. Só têm saldo negativo por causa da carga de juros que tem de pagar aos seus credores pelo dinheiro emprestado. Isso significa que quem deve tem de pagar e com juros.

O que importa é saber que ao longo deste mandato, ao invés do governo, diminuámos a dívida pública num valor significativo.

É verdade que o Anuário reflete desequilíbrio das contas e refere Chaves como um dos municípios que mais juros pagou, porque tinha uma dívida elevada mas, felizmente, hoje já não a tem. Ao se avaliar o mandato importa poder dizer, com todo o orgulho, que me sinto satisfeito. Estou satisfeito pelo trabalho desenvolvido porque entendo que fizemos um bom trabalho. No próximo mandato o que vamos pagar de juros é muito inferior ao que foi pago neste mandato e isso, na minha opinião, é que é importante.

O Senhor Primeiro Ministro disse, numa entrevista recente à revista do Jornal Expresso, que faz o que pode em função dos recursos disponíveis. A Chaves aplica-se rigorosamente a mesma coisa. Fazemos o que podemos em função dos recursos disponíveis.

Como foi referenciado na intervenção do Senhor deputado Nelson Montalvão, apesar de tudo, pudemos fazer muito e temos orgulho naquilo que fizemos.

Quanto a promessas não cumpridas em 2021, vamos certamente avaliar as promessas que cada um está a fazer e algumas dessas obras que a Senhora deputada referenciou, certamente que serão realizadas no próximo mandato. Há uma que lhe garanto que não irei fazer se for eleito e ninguém a vai conseguir fazer – praias fluviais no rio Tâmega. É que isso não depende da vontade do executivo municipal. Depende das condições do clima, no seu global. Não chove. E como não chove não há água em quantidade e de qualidade no Rio Tâmega.

Não é uma questão de requalificação do Rio. Podemos fazer uma requalificação excelente das margens do rio; podemos fazer um areal excelente na zona Polis. Trazemos umas toneladas de areia da Póvoa de Varzim e fazemos ali uma grande praia fluvial que não é bem uma praia, porque não tem água corrente.

Se forem ao Açude, na fronteira, vão verificar que a água que ali chega é muitíssimo pouca; um caudal tão baixo como nunca aconteceu. Poderia minorar-se essa situação se a Agência Portuguesa do Ambiente pudesse proibir a Associação de Regantes de regar a Veiga e verter toda a água no rio. Mas mesmo assim não seria suficiente.



Revejo-me nas palavras que o Senhor deputado Miguel Cunha dirigiu a esta Assembleia.

Subscribo a atitude de luta do Senhor deputado José Pimentel Sarmiento pelo melhor da nossa terra.

Ao Senhor deputado Anselmo Martins quero dizer que sou realmente o Presidente da Comissão Política do PSD e assumo toda a responsabilidade de comunicados que esta emita. Quanto ao meu amigo ser uma consciência moral, o guardião do PS, lembro-lhe que no ano de 2016, no dia do Município, foram agraciados quatro cidadãos, cada um indicado pelo seu partido político. O meu amigo foi o cidadão que o Partido Socialista quis distinguir como aquele que ao longo dos quarenta anos do Poder Local, representou a referência para o partido. Guardião, autoridade moral, isso é indiferente. A palavra não é para ser lida literalmente. É nesse contexto.

Na sequência da publicação, alguém que comentou nem que fosse apenas para dizer «é tempo de fazer mudanças», de alguma forma está a associar-se a essa publicação/campanha vil.

Senhor deputado Anselmo, todos queremos que as nossas termas sejam as melhores do mundo e ninguém tenha dúvidas que o nosso Balneário, em termos de higiene, está irrepreensível.

Na passada segunda-feira inscreveram-se cem novos utentes nas termas, o que gerou uma receita de vinte e sete mil euros. Isto significa que as pessoas reconhecem a qualidade das nossas termas. Também uma Comissão Europeia lhe reconheceu essa qualidade quando lhe atribuiu um prémio europeu.

É em termos judiciais que alguém vai ter de demonstrar que aquelas fotografias foram tiradas no local e que não foram forjadas; que o grilo não foi levado no bolso, que a barata com pernas para o ar, não foi lá colocada, propositadamente, etc. etc. A Empresa Municipal irá provar que tem uma empresa especializada para manter a higiene e limpeza das termas, irrepreensíveis.

O que aqui chocou, em relação ao meu amigo Anselmo Martins, foi ter colocado lá o comentário que colocou. Bastava ter dito apenas: reprovoo veementemente.

Aquilo que foi publicado não aconteceu no Balneário e alguém que analisasse com cuidado, só podia ter reprovado o que foi publicado. Em política não vale tudo.

Temos de lembrar que a pessoa que publicou as fotografias, não é um cidadão qualquer. É candidato nas listas do Partido Socialista à Assembleia Municipal, em situação elegível.

Também li outros comentários, por exemplo: «vamos deixar de andar com grilos no bolso». Estas coisas são forjadas, mas a justiça há de dizer o que entender sobre a matéria.

Registei as palavras o Senhor deputado Francisco Preto do MAI.

Senhora deputada Maria José Grilo, as máquinas às vezes avariavam. A bomba que tira a água das piscinas romanas para a rede de águas pluviais, avariou. Aliás são equipamentos que têm pouca durabilidade porque trabalham com água quente e quando uma bomba avaria nem sempre está outra logo ao lado para a substituir. Basta que a bomba esteja avariada apenas um dia para as piscinas encherem de água novamente. A situação foi de imediato reposta e as piscinas estão devidamente limpas.



Registei as palavras do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro e tal como o Senhor também eu desejo que o debate seja elevado, seja feito com propostas que sejam exequíveis e que a demagogia fique longe do debate político.

Registei também as palavras do Senhor deputado do PSD, Nelson Montalvão.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – Disse que o Senhor Presidente da Câmara não se pode esquecer das promessas não cumpridas dos últimos dezasseis anos, porque faz parte do executivo desde 2001.

O Senhor trouxe a esta liça uma proposta da candidatura do Partido Socialista à Câmara, que tem a ver com a requalificação ambiental do rio Tâmega. Falaremos disso em discussões e em debates. Com certeza que é possível encontrar soluções porque até com água artificial se conseguem encontrar. É preciso ter alguma criatividade que nós explicaremos e, certamente, não será mais um túnel, mais uma Casa Mortuária não feita, um Centro Geriátrico, um Complexo de piscinas olímpicas, um Complexo de piscinas em Vidago, um Centro Fluvial com pista de canoagem, um Pavilhão de Ténis, uma Pista de Atletismo, um Parque Desportivo na Fonte do Leite, um Parque de Desporto e Lazer na galinheira, a Pousada da juventude, um Centro de Estágio de Vidago, um Parque Desportivo, um Pavilhão Multiusos, a ligação do caminho-de-ferro a Espanha, o Túnel do Monumento, o Palácio da Água, etc.

Se alguém usa demagogia não é o candidato do Partido Socialista porque o candidato do PS está a fazer propostas. Ainda não teve oportunidade de demonstrar se é capaz ou não de as cumprir. O Senhor continua a fazer demagogia com promessas que sabe que não pode cumprir.

**Anselmo José Martins do PS** - pediu de novo a palavra para dizer o seguinte:

Face ao comentário que fiz, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me dissesse em que momento é que eu deixei de ter honra e preocupação pelos bens do Município.

O Senhor pode dizer que eu tinha primeiro de analisar se a informação/fotografia era falsa. Não. Isso não me cabe a mim. Isso cabe-lhe ao Senhor. Por isso é que eu disse se a fotografia é falsa, se a situação é falsa, o Senhor Presidente agirá criminalmente e, numa próxima Assembleia Municipal, se eu estiver aqui, e o Senhor estiver aí, pedirei desculpa formalmente.

O Senhor está a insinuar que eu fiz aproveitamento político. Não fiz. Eu achei que aquilo, naquele espaço, não poderia acontecer; não pode acontecer, seja quem for o gestor. Se amanhã o responsável máximo for o Nuno Vaz e aparecer algo do género, não tenha dúvidas, farei rigorosamente o mesmo comentário. Sou uma pessoa que anda nisto meramente por idealismo, tenho independência total. A mim ninguém me cobra nada.

Para além do comunicado, ao insinuar que há aproveitamento político, eu para saber fazer aproveitamento político, tinha de ir às aulas do seu líder partidário. Quem sabe fazer aproveitamento político das situações, e veja-se Pedrogão Grande, é o seu líder político.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Tenho muita honra em ter pertencido ao executivo municipal desde 2001 a 2013 e agora de 2013 a 2017. Aquilo que o PSD fez no programa eleitoral de 2001 foi um elencar das carências do nosso concelho. Elencámos essas carências e garanto-vos



que são exequíveis, desde que haja dinheiro. Mas uma praia fluvial no Rio Tâmega, por muito dinheiro que haja, se não houver alteração climática, se não voltar a chover e nevar como antigamente, não me parece exequível. A menos que em vez de praia se faça uma piscina e não se utilize a água do rio. Mas não me parece que areia junto a uma piscina se transforme numa praia fluvial. Então se colocarmos areia na Quinta do Rebentão passamos a ter uma praia fluvial.

Em democracia também temos de nos respeitar uns aos outros e saber ouvir, mas desse lado da bancada não acontece a mesma coisa e devia acontecer. Quando alguém está a usar da palavra e está constantemente a ser interrompido, isso no meu entender, é uma falta de respeito. Foi isso que os meus pais me ensinaram. Certamente no vosso conceito de educação, eles estavam errados mas no meu conceito, eles estavam certos.

As propostas eleitorais por nós apresentadas desde 2001, que não foram cumpridas, já foram sufragadas pelo povo nos vários atos eleitorais que decorreram. As que apresentamos em 2013 e não foram cumpridas, esperamos, serenamente, pelo veredito do povo.

Senhor deputado Anselmo não foi posta em causa a honra nem diminuámos a sua preocupação pelo concelho. O que quisemos dizer foi que todos aqueles que participaram, sem ser a condenar aquele “post” no Facebook, de alguma forma estiveram a alimentá-lo. Esta é a minha opinião e não temos de estar de acordo em tudo.

Aquele “post” é vil e mesmo que fosse verdade, que não o é, nunca devia ser público e quem se associa publicamente a uma coisa destas está a tentar destruir um bem patrimonial municipal.

Vejam a diferença de atitude do povo português para o povo espanhol e quando falo no povo incluo também a classe política. Há alguns anos houve a chamada crise da doença das vacas loucas. Em Portugal, passado pouco tempo, tínhamos o país todo contaminado. Em Espanha não houve vacas loucas como se alguém acreditasse nisso.

Os políticos espanhóis resolvem os problemas de estado, porque isto é um problema de economia de estado e também de saúde pública, dentro dos gabinetes. Quando se trata de problemas que envolvam economia e saúde pública, as coisas não devem ser tratadas com espetáculo, mas sim nos gabinetes, defendendo a economia nacional. Foi isso que os espanhóis fizeram.

Hoje há uma doença nos pinheiros e mais uma vez Portugal está contaminado de norte a sul. A nossa fronteira aqui ao lado tem vinte quilómetros de zona tampão onde não podem circular pinheiros do resto do país. Em Espanha não há a doença nos pinheiros. Ela não passou a fronteira. É possível entrar madeira de pinho espanhol em Portugal mas não é possível levar pinheiro português para a tal faixa de vinte quilómetros de proteção. Isto significa que Espanha trata os seus assuntos internos com muito cuidado porque quando se mexe com a economia mexe-se com o emprego, e os políticos espanhóis têm tido esse cuidado.

Assuntos desta natureza devem ser tratados com recato e isso não significa que se estejam a negligenciar; não significa que não se esteja preocupado com o assunto.

O que estou a querer dizer é que estes assuntos devem ser tratados nos gabinetes, responsabilmente.



O Senhor deputado desta Assembleia e bom cidadão, Anselmo Martins, é dos cidadãos que mais vezes me telefona a referenciar coisas que estão mal na nossa cidade e no nosso concelho. O Senhor deputado Nuno Rodrigues é outro desses cidadãos. Hoje mesmo, no início desta sessão, o Senhor deputado Tiago Caldas veio referenciar-me uma situação anómala.

Por isso é que ficamos chocados quando alguém que não esperávamos que se associasse a uma coisa tão vil.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A ata número três, referente à sessão ordinária realizada no dia 28 de junho de 2017, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros da assembleia.

*Posta à votação foi aprovada com 5 abstenções, por ausência na última sessão.*

**O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS** – pediu a palavra para se referir à questão discutida na última sessão desta assembleia, sobre a proposta de transferência do valor das senhas de presença, daquela sessão, para as vítimas de Pedrogão Grande, através de uma conta numa entidade que indicaram.

“A deliberação foi aprovada e eu presumo que quem votou a favor, é porque tem essa intenção. Da parte do Grupo Municipal do PS a intenção é que todas as senhas de presença sejam destinadas a essa entidade e não vamos proceder ao seu levantamento”.

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD** – usou da palavra para informar que já o fez a título pessoal. Deixou a sua senha de presença da última sessão da Assembleia Municipal nos serviços.

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.**

#### **Intervenções:**

**Marcia Cristina de Jesus Teixeira do PSD** – cumprimentou os presentes e disse que pela leitura dos documentos que foram distribuídos junto com a Informação, verificou terem sido realizadas duas reuniões no Porto com a Agência Portuguesa do Ambiente, nos dias 29 e 30 de Agosto, relacionadas com o Rio Tâmega.

Quando circulamos a pé e pelas fotografias que sucessivamente são colocadas no Facebook, apercebemo-nos perfeitamente da aparência que o nosso rio tem. Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me pudesse informar qual foi o resultado das reuniões. Quando se diz “caudal insuficiente” para manter o rio vivo, qual o sentido desta afirmação? É no sentido de o manter limpo e com bom aspeto? O que poderá ser feito para salvar o Rio Tâmega? Há alguma ideia do que poderá ser feito?

No dia 30 de Agosto houve uma reunião na CIM com o Senhor Diretor Geral da Administração da justiça em que creio que foi feita uma avaliação do Mapa Judiciário e neste tema, que me é particularmente caro, gostava que me informasse sobre o conteúdo da reunião, o que foi dito, qual foi o balanço que foi feito, se eventualmente o Senhor Presidente reiterou os argumentos por nós usados quando da luta pelo Tribunal de Chaves, que hoje continuam atuais e pertinentes, e saber se, com este





Governo, há alguma alteração nesse sentido, ou não; se algo vai ser mudado e melhorado.

Aproveito para me despedir de todos dado que hoje é a minha última assembleia. Dizer-vos que foi um gosto e dizer-vos também que nunca nos devemos distanciar dos nossos valores, dos nossos princípios e que devemos seguir sempre uma linha condutora da nossa atuação. Para quem fica desejo a continuação de bons trabalhos, para quem parte, um até breve. Vamos encontrar-nos noutros lugares com a certeza, porém, que continuarei a defender a minha terra, contra tudo e contra todos, mesmo contra aqueles que são da minha cor política, como o fiz em relação ao Tribunal de Chaves e farei sempre seja numa Assembleia Municipal, num outro Órgão, em qualquer sítio.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pela Senhora deputada Márcia Teixeira.

Tive a oportunidade de escrever à Agência Portuguesa do Ambiente dando-lhe conhecimento da minha preocupação relativamente ao estado em que se encontra o Rio Tâmega. O Senhor Diretor Regional, e Administrador das Bacias Hidrográficas da Região Norte, convocou uma reunião para o Porto, na qual estive presente acompanhado do Presidente da Associação de Regantes, do representante do Ministério da Agricultura, junto da Associação de Regantes, de dois Técnicos da Direção Geral e de Técnicos da Empresa Águas do Norte.

Nas reuniões havidas o que ficou em cima da mesa foi: ou se acaba com a rega da Veiga e toda a água que afluí ao Açude é lançada no rio, ou então vai haver um problema. Não ficou nada decidido.

O Senhor Presidente da Associação de Regantes disse que não fechará a comporta do canal que alimenta o sistema de regadio da Veiga de Chaves. Só o fará se a Agência Portuguesa do Ambiente lhe enviar uma ordem por escrito e, como sabem, quem tutela as águas do interior é o Ministério do Ambiente. Se a tutela ordenar que acaba a rega, a rega tem de acabar mesmo.

Da reunião do dia 29, realizada no Porto, resultou a vinda a Chaves no dia 30, para verificar no local as condições do rio e avaliar também a barragem da ribeira do Arcossó, nas Nogueirinhas, que também está com um nível de caudal muito baixo e preocupante. Esta albufeira é utilizada para abastecimento público de água das localidades da parte norte alta do concelho de Chaves e também da parte alta do concelho de Valpaços e é preocupação da Empresa Águas do Norte se o nível baixar muito mais. Isto porque se chegar a determinada cota deixa de ser possível fazer o abastecimento de água de consumo domiciliário às populações.

Neste aspeto a Agência Portuguesa do Ambiente foi taxativa. Se a água baixar até à cota determinada insuficiente, cessa imediatamente o aproveitamento hidroagrícola da barragem porque o abastecimento público é de uso prioritário em relação a qualquer outro uso.

No que respeita ao Rio Tâmega a situação está igual porque a água continua a entrar no canal.

Toda a responsabilidade do que possa vir a acontecer está nas mãos de quem tem a competência, ou seja: a Agência Portuguesa do Ambiente.

Quanto ao mapa judiciário o Senhor Diretor Geral veio reunir com a Comunidade Intermunicipal do Alto, para avaliar o grau de satisfação quanto à reforma do



sistema judiciário e do Mapa judiciário. Naturalmente o que levou foi um enorme grau de insatisfação por parte dos Senhores Presidentes de Câmara.

No início do atual mandato os Presidentes de Câmara do Alto Tâmega pedimos uma audiência à Ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, que nunca teve disponibilidade para nos receber. Neste Governo, a atual Ministra da Justiça recebeu-nos quase de imediato, com muita simpatia e cordialidade. Nessa reunião a Senhora Ministra relativamente ao Alto Tâmega prometeu duas coisas. Uma cumpriu. A outra não.

Pedimos-lhe a revisão do Mapa Judiciário e o seu ajustamento às comunidades intermunicipais. Que o Alto Tâmega fosse sede de Comarca, à semelhança do Douro e das outras Comunidades Intermunicipais. Que a reforma, que foi feita com base nos distritos, e uma vez que os distritos estão “defuntos”, não faz sentido que assim continue. Pedimos-lhe que mudasse a reforma para a base intermunicipal/CIM.

A Senhora Ministra disse que um governo de bem, num país de bem, não pode andar constantemente a mexer nas leis e que ainda não tinha passado o tempo suficiente para voltar a mudar o Mapa Judiciário. Que, perante as instituições internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia, essa alteração, poderia vir a ser muito mal interpretada. Prometeu-nos que ia repor em funcionamento os tribunais que foram fechados e no que respeita ao Alto Tâmega cumpriu. Prometeu ainda que todas as ações sejam de crime, ou cível, serão julgadas no concelho onde forem cometidas. Significa que um crime com moldura penal acima de cinco anos e de cível superior a cinquenta mil euros, que são julgados na sede da Comarca em Vila Real, passariam a ser julgados nos concelhos onde foram cometidos. Assim em vez de se deslocarem as testemunhas e os advogados a Vila Real, seriam os juizes que se deslocariam para fazer os julgamentos, mas nesta parte não cumpriu.

O Senhor Diretor Geral justificou dizendo que foi intenção da Senhora Ministra que isso acontecesse mas que esbarrou no sistema porque os senhores juizes disseram que os processos já estão muito atrasados e se andassem na estrada, mais atrasados ficavam. A justiça teria mais demora.

Respondi ao Senhor Diretor Geral que, apesar de tudo, pese embora as razões apresentadas não as entendia. Isto porque há muitas outras profissões e muitas outras atividades que devem merecer, da nossa parte, tanta valorização quanto a dos juizes e dei este exemplo: Imagine que um cirurgião do Hospital de Chaves é testemunha num processo. Neste caso não interessa que as cirurgias sejam adiadas porque o cirurgião tem de andar na estrada e tem de ir a Vila Real depor como testemunha as vezes que foram precisas. Aqui não existe inconveniente se o processo demorar um, dois ou mais meses. Os julgamentos feitos na sede da Comarca em Vila Real levam ao aumento do absentismo, da despesa global do país. Isto porque as contas nunca devem ser feitas capela a capela. Devem ser feitas na catedral. A capela da justiça até pode demonstrar que tem poupança. Neste caso o Ministério da Justiça pode chagar ao fim e dizer que com esta reforma isto ficou mais barato em x mil euros por ano, mas o país tornou-se mais ineficiente. Quando alguém tem de se deslocar quilómetros, pede tempo, falta ao trabalho, consome combustível, polui a atmosfera, etc, etc. o país ficou menos capaz e está a afastar-se a justiça dos cidadãos.



Por outro lado foi alertado o Senhor Diretor Geral, como já tinha sido alertada a Senhora Ministra, que no Alto Tâmega não há uma rede de transportes que permita a fácil deslocação dos cidadãos à capital do distrito, nomeadamente das aldeias do nosso concelho, dos concelhos de Boticas, de Montalegre e de Valpaços. Há transportes diários que chegam a Chaves às nove horas da manhã e não chegam a Vila Real antes das dez e meia. Se são convocados para estar no Tribunal, como testemunhas, às nove horas da manhã, só tem uma solução. Ou vão em viatura própria ou vão de táxi. Isto é o mesmo que dizer a estes cidadãos que a justiça para eles é muito mais cara. Foi isto que eu disse ao Senhor Diretor Geral.

O Senhor deputado Miguel Cunha perguntou sobre a reunião com o Senhor Ministro da Saúde. Até hoje, com todos os ministros e em todas as reuniões que tive, foi a reunião que correu melhor. Correu até bem de mais.

Diz o nosso povo que quando a esmola é grande, o pobre desconfia. Acreditem que falei muito pouco. O Senhor Ministro convocou para a reunião, para além da equipa ministerial – o Secretário de Estado e um assessor – o Presidente do INEM, o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e o Presidente da ARSN, que se fez representar pela Vice-Presidente.

Entreguei-lhe um documento de tópicos e o Senhor Ministro foi lendo o documento e foi questionando o Presidente do Conselho de Administração, perguntando-lhe se isto é assim porque é que não é ao contrário, porque é que não contrata médicos, enfermeiros, assistentes operacionais etc. etc. Inclusive perguntou à Vice-Presidente da ARSN qual era a população de Vila Real e esta foi ver no computador e respondeu que era de cinquenta e um mil habitantes (censos de 2011). Depois perguntou-lhe qual era a de Chaves e ele respondeu que era de quarenta e um mil e ..). Sendo de dimensão semelhante perguntou ao Presidente do Conselho de Administração porque é que o Hospital de Chaves está a ser desvalorizado? Porque é que não estimula jovens médicos a irem para Chaves? Porque é que não lhe oferece direções de serviço?

O Diretor do CHTMAD respondeu que há uma única direção de serviços para todo o Centro Hospitalar.

O Senhor Ministro disse-lhe para alterar as coisas. “Altere. Estimule médicos. Há médicos especialistas, na casa dos quarenta anos, em hospitais grandes onde vêm a sua carreira tapada por médicos mais velhos, estimule-os a irem para o Hospital de Chaves e proponha-me que eu contrato-os.

Ficou um desafio para mim também. No caso de conhecer médicos que queiram vir para o Hospital de Chaves para os indicar e eu já comecei a fazer algum trabalho nesse sentido. Tenho procurado saber de médicos, flavienses ou não, que queiram vir para o Hospital de Chaves dizendo-lhes que enviem o seu curriculum para o Conselho de Administração do CHTMAD e para o Ministro. Já veio cá um casal de oftalmologistas ver o hospital e estão a avaliar se vêm para cá ou não.

Se os Senhores deputados conhecerem médicos que queiram vir para Chaves digam.

Questionei mais uma vez o Senhor Ministro porque é que as consultas externas continuam a ser feitas na sua maioria em Vila Real e muito pouco em Chaves? Ele concordou comigo e perguntou porque é que os médicos de Vila Real não vão dar consultas a Chaves?



O Presidente do Conselho de Administração ficou ali muito sem saber o que dizer. Respondi eu ao Senhor Ministro que isso acontece porque os médicos não querem andar na estrada. Querem estar sossegados em Vila Real.

Era o que faltava, respondeu o Senhor Ministro. Os médicos existem para atender os utentes e não o contrário.

Perante isto eu limitei-me a concordar com o Senhor Ministro. O Senhor Secretário de Estado no final disse-me: isto correu muito bem não? Respondi que correu bem de mais. Agora esperemos que tudo isto aconteça.

**José Pimentel Sarmento do PSD** – referiu-se à praia fluvial do Rio Tâmega em Verin e disse que ali o rio está limpo.

No dia da festa de Vilaça, concelho que fica próximo do de Verin, junto da ponte, apercebi-me que havia um cheiro insuportável e parei para perguntar às pessoas que iam a pé, para a festa, a proveniência daquele cheiro nauseabundo. Disseram-me que vinha de umas pocilgas que havia naquela zona e que durante a noite faziam as descargas no rio de Vilaça, que é um afluente do Tâmega.

Perante esta situação fiquei a pensar se a nível da Eurocidade não seria possível fazer alguma coisa para inverter esta situação. Os concelhos de Oimbra e Vilaça, que nada tem a ver connosco, também têm ligações ao rio Tâmega através dos seus ribeiros que não são tratados. Viramo-nos só para o concelho de Verin e deixamos estes dois de lado.

Conheço bem as margens do rio Tâmega e para melhorar a situação, tem de ser feitos grandes investimentos, dado o número de lagoas que existem no seu leito desde a zona da Galinheira até Vila Verde da Raia. A lagoa que fica em frente à aldeia de Santo Estevão tem mais de dez metros de profundidade e está cheia de lixo, desde entulho da construção a carros, ferros, arames, máquinas de lavar e outros eletrodomésticos etc. Todos os detritos foram ali descarregados. Isto na parte portuguesa. Na parte espanhola, em Oimbra, existe a exploração de inertes e em Vilaça existem descargas de pocilgas. São dois problemas grandes que não podem ser resolvidos apenas entre Chaves e Verin. Tem de ser resolvido entre as quatro entidades. Para além disso o Governo português e o Ministério do Ambiente têm conhecimento da situação porque devem ter cartas das margens do rio Tâmega. Efetivamente quem sobe o rio só vê ilhotas, com grandes amieiros e outras árvores de grande porte e as margens não estão marcadas.

Esta é a realidade e não estou aqui a falar de política. Esta situação vai custar muito dinheiro ao país. A Câmara tem capacidade económica para resolver a situação? Não. Não tem esta, nem tem nenhuma. É o Ministério do Ambiente que deve resolver a situação. Esta é a opinião que eu tenho porque conheço bem o rio e as suas margens.

A rampa que foi colocada na Avenida do Estádio, à entrada do Bairro Verde, é de tal maneira alta que o meu carro bate no pavimento.

Também quero comunicar que a empresa Anteros, em termos de sinalização deixa muito a desejar. Há dias bateram-me no carro precisamente porque não havia sinalização. Estou a chamar a atenção para estas situações porque estão a finalizar as obras da Avenida do Estádio e provavelmente haverá outras pessoas também lesadas.



Agradeço as palavras de apreço proferidas pela minha amiga Maria José Grilo e pelo meu amigo Dr. Miguel Cunha.

Agradeço, mais uma vez, toda a colaboração da Maria das Graças e quero dizer-lhe: “Há doutoras que sabem menos do que você. Não é a primeira vez que lhe agradeço e espero que não seja a última”.

Provavelmente não voltarei a usar da palavra nesta sessão, pelo que desejo a todos a continuação de uma boa tarde e até um dia destes.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pelo Senhor deputado Pimentel Sarmento.

A obra da Avenida do Estádio não está concluída. Falta colocar a última camada de asfalto, que certamente vai subir o pavimento e diminuir o diferencial de cotas deixando a rampa mais baixa.

Falta a camada de desgaste que vai diminuir esse tipo de situações. Há veículos que não cumprem as normas e esses naturalmente podem bater ao galgar o passeio.

Qualquer prejuízo que seja causado durante a obra é da responsabilidade do empreiteiro. É só apresentar a queixa à Câmara e esta remete-a para o empreiteiro que assumirá as responsabilidades através do seu seguro.

O projeto foi elaborado pelos técnicos da autarquia e foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara.

### **PONTO 2 – ACOMPANHAMENTO DP PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 1º SEMESTRE 2017. INFORMAÇÃO N.º 12/DGF/2017. Para conhecimento.**

**Não houve intervenções:**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

### **PONTO 3 - LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIOES ALTERAÇÕES – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRAZO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2016. INFORMAÇÃO N.º 19/SC/2017. – Para conhecimento.**

**Não houve intervenções:**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

### **PONTO 4 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL - PIM. – CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: SERRAGADOS – COMÉRCIO DE GADO, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 31/GNE/2017.**

**Intervenções:**

**Nuno Vaz Ribeiro** do **PS** – disse defender que o concelho precisa de mais investimento e entende que esse investimento deve ser mais centrado na capacidade de criação de emprego.

Entendemos que o investimento é muito relevante, mas também é muito relevante que uma das suas dimensões seja o emprego.

Nós, partido Socialista, membros desta Assembleia, discordamos da posição que os nossos vereadores tomaram na Câmara sobre este pedido. Entendemos que apesar



do impacto, ao nível da perspetiva do emprego, não ser relevante, ainda assim, pelo investimento que é, pela necessidade que temos de fazer a captação e criar interesse por aquilo que achamos que é a agro-indústria é importante. Este caso, apesar de não ter essa dimensão, estamos a falar de desmancha e não de abate, porque de abate temos o matadouro, a estratégia é de afirmação do equipamento que já existe no Alto Tâmega. Nessa perspetiva não divergimos absolutamente nada, naquilo que é a minha visão acerca do desenvolvimento do Concelho, pelo que vamos votar a favor da proposta.

Estamos convencidos que é deste investimento e de mais investimentos que precisamos e as questões de natureza ambiental se o projeto de instalação for bem-feito e com rigor, não tememos qualquer contaminação porque estamos a falar apenas do desmanche.

*Posta à votação a proposta foi aprovada com 58 votos a favor, 2 abstenções da CDU e zero votos contra.*

### **PONTO 5 – FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL EM REGIME DE MERCADO LIVRE, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 259º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, CELEBRADO ENTRE A ENTIDADE PÚBLICA DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ENTIDADES FORNECEDORAS SELECIONADAS. AQ-ENERGIA – GÁS NATURAL.**

#### **Intervenções:**

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que este assunto vem à Assembleia Municipal apenas pelos encargos plurianuais e perguntou porque é que este fornecimento é dividido em dois lotes distintos.

Há alguma vantagem nisso?

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que não sabendo responder de uma forma assertiva, imagina que o fornecimento seja feito desta forma porque a lei assim o determina, em função dos consumos anuais.

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.*

### **PONTO 6 – PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E DEDUÇÃO EM SEDE DE IRS. REQUERENTE: AGOSTINHA DUARTE MELO GERALDES - LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA, Nº 26, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 633/16, REQUERIMENTO Nº 923/17- INFORMAÇÃO 126/DSCH/17.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que é um pedido de certidão igual aos muitos que já foram aprovados nesta Assembleia Municipal.

Em seguida disse:

“Foi para mim um enorme prazer ter sido Presidente da Câmara neste mandato. Independentemente das discussões acaloradas e de muitas vezes ter estado em perfeito desacordo com a bancada do partido Socialista, fazendo o balanço final, este é positivo.

Em Chaves a Assembleia Municipal cumpriu o seu dever democrático de questionar e de responder. Se alguma vez não respondi foi porque, como referi, não sei responder



a todos os assuntos que me são colocados. Quando isso aconteceu levei-os para que os serviços respetivos pudessem responder e informei na sessão seguinte. Creio que deve ser muito difícil haver alguém que saiba tudo, que saiba responder a todas as matérias.

Senhor Presidente da Assembleia foi um gosto ter trabalhado consigo. Muito obrigado também e sobretudo pela sua amizade.

Meus amigos, desejo mais uma vez que a campanha eleitoral seja muito participada, que as discussões sobre o futuro do concelho tenham sempre como principal objetivo o seu superior interesse. Disse e repito que é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa”.

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos termos do disposto no artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata.

Depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda o **Senhor Presidente da Mesa**, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, pelas 17,30horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, \_\_\_\_\_

A Funcionária \_\_\_\_\_